

## Balzac e Maquiavel: Curso de História e Moral para Uso dos Ambiciosos

ANTONIO OZAI DA SILVA \*

*"O sucesso é a razão suprema de todas as ações, quaisquer que sejam elas. O fato não é pois mais nada por si mesmo, consiste inteiramente na ideia que os outros formam a seu respeito". (Honoré de Balzac)*

A ambição, define o Aurélio, é o desejo veemente de alcançar aquilo que valoriza os bens materiais ou o amor-próprio (poder, glória, riqueza, posição social, etc.); exprime um desejo ardente de alcançar um objetivo de ordem superior. Na tradição judaico-cristã, a sofreguidão em possuir bens materiais ou mesmo o intenso desejo carnal pela mulher se inscreve entre os maiores pecados que o ser humano pode cometer:

Não cobiçarás a casa do teu próximo, não desejarás sua mulher, seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo. (Ex. 20, 17)

Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério. (Mt., 5, 28)

Vivemos numa sociedade onde prevalece o desejo ardoroso de consumir bens materiais e simbólicos. A todo momento somos estimulados a querer algo, possuí-lo. Os padrões sociais são balizados pela ostentação, pela indumentária, por aquilo que temos. Vivemos numa sociedade do TER, na qual o SER encontra-se asfíxiado. A sociedade não perdoa a ingenuidade dos

que não fazem um bom curso de ambição. Os vencedores são os que tiram as maiores notas.

O consumismo e a erotização são faces da mesma moeda. As mercadorias substituem as relações entre as pessoas: não só estas são tratadas como mercadorias – que podem, portanto, serem compradas, vendidas, trocadas etc., conforme o poder econômico –, como as próprias mercadorias assumem características humanas.

Que me perdoem os cristãos antigos e novos, mas numa sociedade que excita diuturnamente seus membros a consumirem e verter erotismo, é impossível não transgredir a lei sagrada. Do jeito que vai, o anjo rebelde reivindicará uma reforma da lei ou o seu reino ficará diminuto para tantas almas cujos corpos desejam outros corpos e veem em máquinas e outros objetos a personificação dos corpos cobiçados.

Mas, deixemos este tema tão escabroso de lado e voltemos à ambição. Honoré de Balzac, em *Ilusões perdidas* (1978), desenvolve uma crítica corrosiva do autor de *O Príncipe*. Os personagens balzaquianos, o ambicioso Luciano e o maquiavélico cônego, travam um



\* ANTONIO OZAI DA SILVA é professor da Universidade Estadual de Maringá; doutorando na Faculdade de Educação (USP); autor de *História das Tendências no Brasil*.

diálogo muito instrutivo. Começa o padre ensinando-nos que há sempre duas histórias: a oficial e a que se ensina *ad usum Delfhini*, ou seja, a mentirosa; a história expurgada dos textos que possam confundir a mente, portanto, impróprias para o uso do filho do rei, o Delfim.

A história ensinada nas escolas, tanto ontem, como hoje, é, em geral, uma coleção de datas e fatos, que nada esclarece sobre as verdadeiras e vergonhosas causas dos acontecimentos. De que nos serve saber que Joana d'Arc existiu?, pergunta o cônego. De que nos serve conhecer os resultados das ações dos grandes homens e mulheres se não conhecermos os meios que utilizaram? Vejamos, a título de ilustração, um trecho deste elucidativo diálogo:

– Não estudou os meios pelos quais os Médicis, de simples negociantes, chegaram a grão-duques de Toscana?

– Um poeta, na França, não tem obrigação de ser um beneditino – disse Luciano.

– Pois bem, meu jovem, eles se tornaram grão-duques como Richelieu se tornou ministro. Se tivesse procurado na história as causas humanas dos acontecimentos, em vez de aprender-lhes de cor as etiquetas, o senhor obteria preceitos para a sua conduta. De que acabo de tomar ao acaso na coleção de fatos verdadeiros, resulta a seguinte lei: Não veja nos homens, e principalmente nas mulheres, senão instrumentos; mas não deixem que eles o percebam. Adore como ao próprio Deus aquele que, colocado acima do senhor, lhe pode ser útil, e não o abandone até que ele lhe tenha pago bem caro a sua servidão. No comércio do mundo, seja em suma, duro como o judeu e vil como ele: faça pelo poder o que faz ele pelo

dinheiro. Mas também, preocupe-se tanto com o homem que caiu como se ele jamais tivesse existido. Sabe por que deve proceder assim?... O senhor quer dominar o mundo, não é? Pois é preciso começar por obedecer ao mundo e estudá-lo bem. Os sábios estudam os livros, os políticos estudam os homens, seus interesses, as causas geradoras dos seus interesses, as causas geradoras de suas ações. Ora, o mundo, a sociedade, os homens tomados em seu conjunto são fatalistas: eles adoram o acontecimento. Não sabe por que lhe faço esse pequeno curso de história? É que o julgo de uma ambição desmedida...

– Sim, meu padre!

Neste diálogo, o cônego balzaquiano assume-se como discípulo de Maquiavel. Neste caso, o nome do florentino adjectiva a atitude dos que pautam sua vida pela cobiça, sem preocupação com qualquer fogo sobrenatural. Luciano, o ambicioso fracassado, é criticado por ter sido humano demais, isto é, por ter deixado que seus sentimentos atrapalhassem sua ascensão, por ter sucumbido ao moralismo. Seu pecado não foi ambicionar, mas não o fazer com a devida intensidade.

Em *Ilusões perdidas*, maquiavelismo tem significação pejorativo. Como nos ensina o Aurélio, esta palavra também expressa uma atitude política desprovida de boa-fé, um procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro, dissimulador. Numa palavra: maquiavélico.

Balzac reafirma o mito do judeu rico e o que poderíamos denominar tipo ideal weberiano do avaro, tão bem representado pelo Pai Grandet noutra de suas obras magistrais: *Eugénie de Grandet*. Recordemos que este autor clássico escreve no século XIX, quando o espírito burguês encanta a sociedade

mercantilizando as relações humanas. Mas é diferente na atualidade?

### **A Moral**

Não há moral. O que determina o bem e o mal é o resultado. Seja vitorioso, torne-se poderoso, rico etc. e todos os seus atos desonrosos serão esquecidos. O importante não é a prática ou o que você é, mas a imagem que fazem da sua pessoa. "Esconda o avesso da sua vida", afirma o padre, personagem balzaquiano, ao ambicioso Luciano.

Mesmo que você não se suporte diante do espelho – material e/ou da sua consciência – mostre-se belo para o exterior. Disciplina: eis a palavra-chave; ou como diríamos nos meios políticos, a palavra-de-ordem do ambicioso. Adote-a como sua, ensina-nos o sacerdote. E, para que não fiquem dúvidas, vejamos seu argumento:

Os grandes cometem tantas covardias como os miseráveis; mas cometem-nas na sombra e fazem ostentação das suas virtudes: permanecem grandes. Os pobres exercem suas virtudes na sombra e expõem suas misérias ao sol: são desprezados.

Seja verdadeiro e sincero, mostre-se como você é e será ridicularizado e desprezado. Aparente ser o que você não é; atue na escuridão e não deixe que a luz seja suficiente para tornar a obscuridade do seu ser inteligível ao outro e você será respeitado, elogiado e bajulado. Tudo reside na fórmula: dissimule.

Balzac revela os desígnios ocultos em relação ao mito da moral e da virtuosidade da justiça. O que é moralmente condenável e justo? Acaso o ladrão é mais culpado do que o indivíduo que, por irresponsabilidade política e administrativa, atira na miséria dezenas e centenas de famílias? Será o governante, cuja política econômica aprofunda a

exclusão social e favorece os que vivem na sombra, menos culpado que o ladrão que rouba um indivíduo ou uma família?

“Os juízes, condenando o ladrão, mantém a barreira entre pobres e ricos”, afirma Balzac. Na verdade, os grandes roubos – como os escândalos que pipocam por este país – tendem a ser acobertados porque expressam apenas deslocamentos de fortunas. Há a privatização do dinheiro público – aliás, esta não é a palavra da moda? A estratégia é abafar um escândalo com um novo escândalo. Agora, por exemplo, o foco desloca-se do executivo para o legislativo. Transferem-se fortunas de forma lícita – dentro das normas legais – ou por maneiras ilícitas. O efeito é o mesmo: deslocamento de fortunas. As fraudes, os grandes roubos etc., não colocam a sociedade em risco. Envolve gente graúda, tubarões. Os bagrinhos têm que garantir a sobrevivência, não têm tempo e condições para se preocupar com a dilapidação do bem público. Acompanham estarecidos. Comentam entre os seus e ironizam: por que fulano depositou dinheiro na conta de tanta gente e esqueceu de mim?! Uma minoria se organiza e tenta influir sobre a maioria para colocá-la em movimento contra este estado de coisas. Mas, não é fácil.

O modelo que prevalece é o dos que tem sucesso e... propriedades. Enriquecer! Este é o grito de guerra de todas as torcidas. Feito isso, pode-se permitir o "luxo da honra". Só quem ousa pode atingir o topo. E ousar é saber usar os meios certos nos momentos adequados.

Maquiavel diria que o príncipe deve saber usar os vícios e as virtudes, a bondade e a maldade, a paz e a violência: é preciso ser ter a força do leão e a astúcia da raposa: saber agir como homem e como animal. O padre balzaquiano, que é maquiavélico, diz que devemos agir como o jogador: saber

dissimular e esconder o jogo. O jogador que é franco é um péssimo jogador: só perderá. O exímio jogador "não somente oculta o seu jogo, mais ainda trata de dar a entender, quando está certo de ganhar, que vai perder". O segredo é a lei suprema: é imprescindível ocultar os meios.

Os fins justificam os meios! Quanto maquiavelismo nesta frase pronunciada há séculos sem qualquer referência com o contexto histórico em que foi escrita – e, na maioria dos casos, descontextualizada em relação à totalidade da obra. Não deve nos surpreender o fato de maquiavelismo e maquiavélico terem adquirido o status de adjetivo e substantivo. O Aurélio define-os como a "política desprovida de boa-fé, procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro; velhacaria, perfídia".

Pode realmente haver boa-fé na política? A exemplo do ambicioso balzaquiano, o objetivo do político não é o sucesso? Também ele não é avaliado pelos resultados? O político deve observar a moral ou agir como o jogador?

Uma rápida leitura de *O Príncipe*, modelo para os ambiciosos de tudo, parece comprovar a analogia. Mas, de qual ambição nos fala Maquiavel: do indivíduo que almeja a riqueza ou mesmo o poder para o deleite pessoal ou aquela ambição que move os homens mais ilustres na história humana, indivíduos que almejam construir algo que transcenda a finitude da vida? No contexto do renascimento italiano, esse ente duradouro que sobrevive ao seu criador e é legado às gerações futuras, é o Estado. O objetivo de Maquiavel é o estabelecimento de um poder capaz de garantir a ordem social.

A política e a moral pertencem a domínios diferentes da práxis humana. O sujeito da política é a coletividade, a

Polis. Na esfera da ação política o que importa é a certeza, os efeitos e a fecundidade dos resultados. O criador de cidades terrenas, condutor de homens e do Estado, é julgado pelo sucesso ou fracasso e não por considerações morais cristãs. Seu lema é: fazer o que é necessário, a fim de aconteça o que se objetiva. Sua ética é a da responsabilidade – como definiria Max Weber.

O sujeito da moral é o indivíduo. Sua ética é a do dever pela convicção. A moral individual adota como preceito fazer o que deve ser feito, independente do que possa acontecer. Pouco lhe importa as consequências dos seus atos, os resultados: o essencial é a certeza do dever cumprido. O que vale é a pureza das intenções, o que pressupõe a coerência entre a intenção e a ação. Ages com justiça e deixa o resto nas mãos de Deus. Na esfera individual, a moral cristã apresenta-se como própria do homem de fé, do sábio profeta, cujos olhos estão postos na cidade celeste. Porém, os homens não são anjos celestiais e a política, enquanto esfera de ação coletiva, é o reino terreno de interesses genuínos e espúrios.

Pode o condutor de homens e construtor do Estado pautar suas ações pela ética da convicção? Os antigos falavam em bem comum, bom governo, justiça, etc. Outros, como Thomas More, em *Utopia*, imaginaram sociedades onde o homem finalmente alcançaria a felicidade. Expressam uma concepção política prescritiva destituída de vínculos com a realidade nua e fria. Há muito que os reis e governantes deixaram de ser avaliados por suas virtudes e/ou vícios, mas por sua eficácia – Ricardo II, de Shakespeare, é uma bela ilustração desta forma de julgar o governante.

A política pauta-se por interesses conflituosos e antagônicos concretos e

pela ação de homens de carne e osso. Sua moralidade não é a do dever pelo dever. Aquilo que é visto como imoralidade é, na verdade, uma inversão do moralismo sacrossanto: o que move a política é a busca de resultados concretos e não imaginários (embora a imaginação também cumpra um papel importante, principalmente quando codificada em Ideologia).

Balzac e outros anti-maquiavélicos invertem Maquiavel: trazem para a arena do privado o que foi pensado tendo como referência uma entidade superior aos indivíduos – e mesmo ao governante. A perspectiva de Maquiavel é histórica, pois é balizada pela necessidade da constituição do Estado que, nas condições do seu tempo, significava a unificação da Itália. Ora, esta é uma tarefa gigantesca, acima das forças de homens normais e de quaisquer considerações de cunho moralista.

O príncipe capaz de dar cabo desta tarefa pode tudo? Ele pode usar do bem e do mal, dos vícios e das virtudes e da violência, conforme considerar necessário. Contudo, há limites: não abusar dos direitos dos súditos, garantir a segurança e a estabilidade, não ser odiado pelo povo – embora seja prudente ser temido. Se o príncipe colocar suas ambições pessoais acima do Estado, poderá ficar em maus lençóis. A ambição do príncipe não é a que se reduz à mesquinhez do indivíduo privado: ele é o criador e provedor de instituições.

Se há um bem para Maquiavel, este diz respeito ao estabelecimento da ordem temporal. Maquiavel foi um ambicioso à maneira do que hoje chamamos de cidadão – construtor e mantenedor do Estado. Sua ambição maior era servir à república de Florença e contribuir para a unificação da Itália – não por acaso será reabilitado pelos italianos no século XIX. Também não é um acaso que ele

tenha morrido pobre e desprezado pelos políticos da sua época.

Maquiavel era bastante pessimista quanto à natureza humana:

Quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está condenado a penar, entre tantos que não são bons. É necessário. Portanto, que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, e cada caso, conforme necessário. (O Príncipe, cap. XV)

Se somos ambiciosos por natureza – o homem lobo do homem, como diria Hobbes –, é preciso um poder que garanta a ordem social. Este poder é o Estado: principado ou república em Maquiavel; Leviatã em Hobbes. Num e noutro caso, a estabilidade da ordem social é mantida. Hoje, essa ordem é a dos privilégios, a que protege os campeões em ambição, a que faculta as condições para os deslocamentos das fortunas.

De qualquer forma, não culpemos Maquiavel pelos ambiciosos do nosso tempo. Pois, se como escreveu Balzac no século XIX, "a nossa sociedade não mais adora o verdadeiro Deus, mas o bezerro de ouro", ou seja, se a "política só leva em conta a propriedade", a culpa não é do florentino.

#### Referências

BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, N. [et al] *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992, Vol. 2, pp. 954-962.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* (Comentado por Napoleão Bonaparte). São Paulo, Hemus, 1977.